

# Governo federal lança pacto contra o feminicídio

Ação anunciada ontem pelo presidente Lula conta com parceria dos poderes Legislativo e Judiciário

## / DIREITOS HUMANOS

Após o Brasil registrar recorde de feminicídios em 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesta quarta-feira, como uma resposta ao problema, o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio. No entanto, os detalhes e as ações práticas para implementar os objetivos do pacto não foram apresentados.

A ação foi anunciada em parceria com os Poderes Legislativo e Judiciário. A cerimônia que oficializou a iniciativa foi realizada no Palácio do Planalto com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

No evento, o presidente afirmou que, “pela primeira vez os homens estão assumindo a responsabilidade de que a luta pela defesa da mulher não é só da mulher. É do agressor, que é o homem”.

“Cada homem desse país tem uma missão: conversar com amigos, primos, tios, vizinhos, colegas de trabalho, companheiros de bar e parceiros de futebol. Não podemos nos omitir. Vamos desconstruir, tijolo por tijolo, essa cultura machista que nos envergonha a todos. É preciso punir de forma exemplar os agressores, mas também educar os meninos, conscientizar os jovens e os adultos, fazendo compreender a gravidade do crime que comete”, declarou.



Lula disse que pela primeira vez os homens estão assumindo uma luta que não é só das mulheres

Segundo o governo federal, a iniciativa busca “acelerar o cumprimento das medidas protetivas, fortalecer as redes de enfrentamento à violência contra a mulher, ampliar ações educativas e responsabilizar os agressores”.

Na cerimônia, também foi assinado o decreto que institui o Comitê Interinstitucional de Gestão. O grupo foi criado para acompanhar a efetividade das ações do pacto e terá representantes dos três Poderes, de Ministérios Públicos e Defensorias Públicas.

Os três Poderes também lançaram a campanha de comunicação “Todos juntos por todas”. O objetivo é convocar toda a sociedade, em especial os homens, para se engajar no combate ao feminicídio.

A ideia de lançar um pacto na-

cional para combater a violência contra a mulher foi encampada pelo presidente depois da repercussão de uma série de feminicídios no Brasil, como o caso de Tainara Souza Santos, 31, atropelada e arrastada por vias de São Paulo por Douglas Alves da Silva.

Em dezembro, Lula convocou uma reunião para tratar do tema. Além de Fachin, ele recebeu ministros de Estado como Macaé Evaristo (Direitos Humanos), Márcia Lopes (Mulheres), Anielle Franco (Igualdade Racial) e Camilo Santana (Educação).

“Eu resolvi assumir a responsabilidade de que era preciso que a gente criasse ou construísse uma espécie de movimento que pudesse se transformar num pacto contra o feminicídio, contra a vio-

lência contra a mulher, contra o estupro, ou seja, contra tudo que é crime bárbaro, que a gente não imagina que pudesse acontecer”, disse na reunião.

O pacto também foi citado pelo petista durante discurso na abertura do ano Judiciário, no Supremo, na segunda-feira. Na ocasião, o presidente afirmou que “assassinos e agressores devem ser punidos com todo o rigor da lei, mas é preciso também educar os meninos”.

“E conscientizar os homens de que nada, absolutamente nada, justifica qualquer forma de violência contra meninas e mulheres. Seja na realidade ou no ambiente digital.”

Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil registrou recorde de fe-

minicídios em 2025, com ao menos 1.470 registros. O número foi o maior em 10 anos e representa uma média de quatro mulheres assassinadas por dia em contextos de violência doméstica, familiar ou motivados por misoginia.

Desde a tipificação do crime, em 2015, 13.448 mulheres foram vítimas no território nacional. Em relação a 2024, houve uma alta de ao menos 0,4%, quando foram contabilizados 1.464 feminicídios no Brasil.

No último ano, também cresceu o número de feminicídios julgados pela Justiça brasileira. Foram, ao todo, 15.453 julgamentos, com uma média de 42 casos por dia. Além disso, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, foram concedidas 621.202 medidas protetivas a mulheres, o equivalente a 70 por hora.

### Entre as iniciativas listadas estão:

- ▶ a garantia de maior agilidade para medidas protetivas;
- ▶ o compartilhamento de informações entre órgãos;
- ▶ a capacitação de agentes públicos;
- ▶ o enfrentamento da violência digital;
- ▶ o foco em grupos vulneráveis, como mulheres negras, indígenas e com deficiência.

## Vice-prefeita da Capital diz que monitora capivaras, mas que ‘nova Ipiranga’ pode afastá-las

### / MEIO AMBIENTE

Mauro Belo Schneider

mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

A presença de capivaras às margens do Arroio Dilúvio, em Porto Alegre, pode chegar ao fim no momento em que se iniciarem as obras da avenida Ipiranga por meio da Operação Urbana Consorciada (OUC) – aposta da prefeitura para atrair investimentos no entorno da via e despoluir o curso d’água. Segundo a vice-prefeita, Betina Worm, que é médica veterinária, há 17 animais no trecho, que são monitorados pela administração pública.

“Damos remédios contra vermes ao inseri-los nos alimentos, mas as capivaras não são de

fácil manejo. A retirada delas é uma atividade complexa e perigosa para elas mesmas”, revela, ao contar que estudou sobre as espécies durante a faculdade. Caso elas recebam anestésicos, podem se afogar ao fugirem.

Betina é uma defensora dos animais, e foi quem incentivou a instalação das placas próximo ao Guaíba. Embora esteja comentando sobre o assunto, avisa que não está preocupada com o destino dos bichos, pois a Capital conta com diversas outras opções de locais para se instalarem, como o anfiteatro Pôr-do-Sol e as ilhas. “Há espaço de sobra na margem”, analisa, complementando que as capivaras têm uma característica nômade.

A vice-prefeita também tran-

quiliza os porto-alegrenses sobre o início do projeto, pois sua aprovação ainda precisa passar pela Câmara de Vereadores e pela etapa de licitação. O primeiro trecho, porém, será justamente próximo à orla, onde ficam as capivaras, até a avenida João Pessoa.

“Eu considero as capivaras um brinde para Porto Alegre. Elas estarem ali significa que o local está vivo, bem ambientalmente”, avalia. Betina mencionou o assunto, inclusive, durante sua fala na apresentação do Anuário de Investimentos do JC, no auditório do CIEE na semana passada.

A primeira audiência pública sobre o projeto para a avenida Ipiranga ocorreu na quarta-feira,

dia 28, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (Smamus). Estão previstas inter-

venções que envolvem o esgotamento, drenagem, profundidade e os taludes, onde as capivaras costumam caminhar.



Atualmente, 17 animais convivem às margens do Arroio Dilúvio